

UM ESTUDO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL ANTES E DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA: OS INTERESSES E MOTIVAÇÕES DO BRASIL EM ATUAR NAS GUERRAS DA CISPLATINA E DO CONTESTADO

A Study Of Brazil's Foreign Policy Before And After Independence: the interests and motivations of Brazil in acting in the Cisplatin And Contestado War's

Camila Collette Piai Ersina¹
Évora Vieira Castanho²

Recebido em: outubro de 2017
Aceito e Publicado em: dezembro de 2017

Resumo

O presente trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas no grupo de produção científica Redes de Poder no Sistema Internacional, do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. O estudo vigente tem como objetivo buscar similaridades nos interesses e atuações do Brasil nas guerras da Cisplatina e do Contestado. Pautando-se nas discussões de âmbito regional da América do Sul, com enfoque no Estado brasileiro, nos períodos pré-independência e pós-independência, e estabelecendo uma relação de similaridade na análise da formação territorial da região onde ocorreram ambas as guerras. Em seu decorrer, o artigo, abordará os processos de territorialidade, contidos nos contextos das guerras estudadas, como, por exemplo, frente aos debates parlamentares políticos da Guerra da Cisplatina, e além disso, frente a conjuntura da população durante a Guerra do Contestado.

Palavras-chave: Cisplatina, Contestado, Território.

Abstract

The present paper is a result of researches developed with the group of scientific production Redes de Poder no Sistema Internacional, do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. The actual study aims to search similarities in the Brazil's interests and actions in the war of Cisplatina and of Contestado. Guided by discussions at the regional level of South America, focusing on the Brazilian state, In the pre-independence and post-independence periods, and stablishing a relation of similarity in the analysis of the territorial formation of the region where both wars occurred. In its course, the paper explores the processes of territoriality, which are contained in the contexts of the wars studied, such as the parliamentary political debates of the Cisplatina war, moreover the conjuncture of the population during the Contestado war.

Key-words: *Cisplatina, Contestado, Territory.*

INTRODUÇÃO

Dentro do escopo do eixo temático 6, objetiva-se, através do estudo da política externa do Brasil, verificar como os processos de (des)territorialização das guerras da Cisplatina e do Contestado contribuíram para a formação territorial brasileira e da América do Sul, analisando o contexto das guerras, seus desenvolvimentos, motivações e seus desfechos. Para isso busca-se fazer uma pesquisa explicativa dos estudos de caso selecionados, isto é, as guerras da cisplatina e do contestado.

Em relação a política externa brasileira, Clausewitz diz que “a guerra pode ser considerada a continuação da política por outros meios”, políticas essas que tem o intuito de defender os interesses das partes envolvidas, e possuem, ainda, grande potencial para redesenhar fronteiras e redefinir o território. Portanto, é relevante a análise dos processos de territorialização no contexto histórico e político nos quais ambas as guerras estavam inseridas, suas distinções e especificidades, aspectos semelhantes e motivações, que somados foram determinantes para a formação territorial do Brasil e da América do Sul.

É pertinente, também, a distinção de guerra em suas esferas, nesse sentido a guerra se classifica como internacional quando conduzida entre grupos sujeitos ao ordenamento jurídico internacional; interna ou civil, se conduzida entre membros de um mesmo grupo organizado (cidadãos de um mesmo Estado); colonial, se os grupos contendentes são povos de civilizações diferentes (BOBBIO, 1998, p. 572).

De acordo com Bobbio, então, o presente trabalho abordará aspectos concernentes à duas modalidades distintas de guerra, isto é, interna e colonial, as quais serão tratadas de um modo mais amplo na seção seguinte do artigo.

DESENVOLVIMENTO

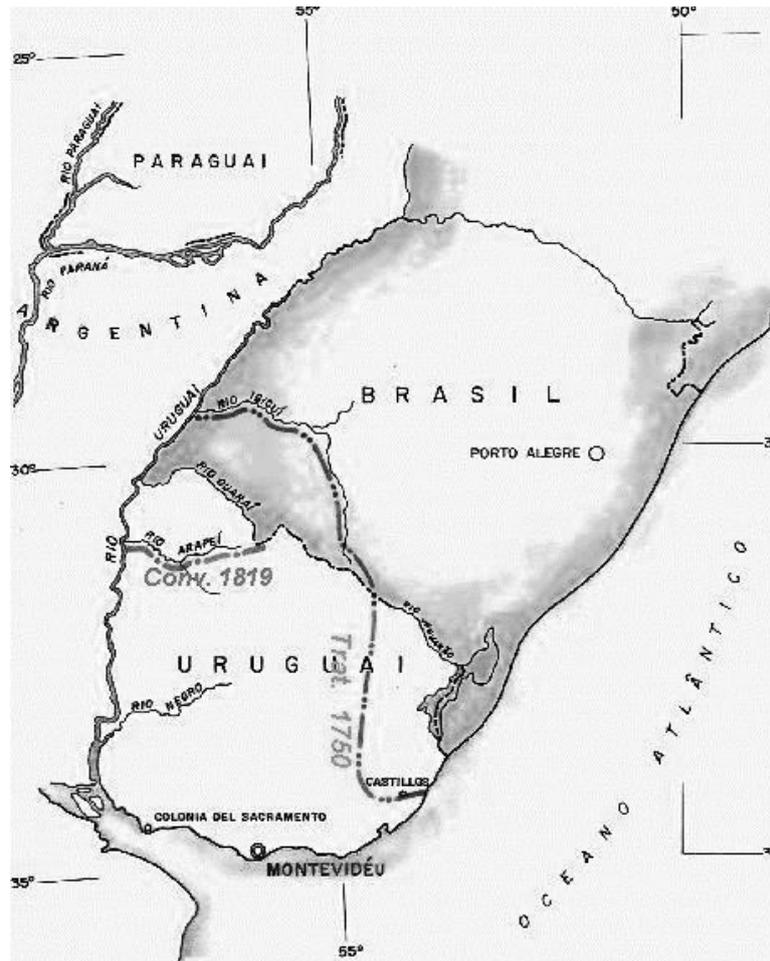
Contexto da Guerra da Cisplatina

Nos anos de 1800, o reinado brasileiro precisava estabelecer sua soberania, ganhar força e unidade política. O conceito que vinha da demonstração das fronteiras e seu domínio acompanha a lógica da busca da legitimidade territorial, por isso, para o Brasil, os anos que seguiram foram decisivos no cenário nacional e internacional.

No contexto mundial estava acontecendo as Guerras Napoleônicas, em que Portugal e Espanha sofreram grandes perdas. Este primeiro contou com a imigração da família real portuguesa para as terras brasileiras, que se mostrava mais rica que o próprio país colonizador.

Na Espanha, em 1815, o reinado dos Bourbon retorna sob a liderança do Rei D. João VI, este que envia, no ano seguinte, o general Carlos Frederico Lecor para o Rio da Prata. Segundo Carvalho (1998), este território estava transformado pelas guerrilhas e arruinado: os campos devastados, o gado desaparecido e a população reduzida predispunham a região a aceitar qualquer solução salvadora. Por isso, em agosto de 1821, é ordenada a realização de um Congresso Cisplatino para definir o destino daquele território, o que resultou na anexação à monarquia portuguesa.

Figura 1 – Ilustração do território onde ocorreu a Guerra da Cisplatina



Fonte: <http://www.info.lncc.br/masoller.html>

Existia uma clara dominação de Portugal na porção meridional do continente com intenções de domínio. Mas, de mesmo modo, naquelas terras apresentava-se uma rivalidade entre aqueles que preferiam a confederação formada pelas Províncias Unidas (atual Argentina) e a independência do espaço criado (atual Uruguai).

Neste meio tempo, Lecor instituiu políticas que abriam o território para os estrangeiros do (atual) Rio Grande do Sul, e fomentou tanto os casamentos entre moças orientais e brasileiros quanto a distribuição de cargos, títulos nobiliárquicos e favores.

Dom Pedro I, monarca do Brasil na época, tinha o objetivo de preservar a autonomia brasileira. Não obstante de seu desejo, já havia sido iniciado um processo de territorialização naquele espaço, segundo Haesbaert (2004), citado pelo professor André Lemos (2001), o conceito é polissêmico, porque criar um território não é compreendido como limite geográfico ou jurídico.

Também citado, Godelier analisa que todo território se constitui com “um acesso, uso e controle ‘tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que a compõem”, o que transforma esse sentimento de pertencer a determinado lugar. E para aquele espaço a ideia da constituição de um povo próprio, com independência, estava se formando, seja pelas manifestações culturais agregadas, seja pela condição econômica que o Brasil não dispunha a população do Rio Grande do Sul que migrava para essas terras, seja pela ignorância no mau funcionamento das instituições ali presentes bem como das passadas.

Por isso o domínio português sob a Cisplatina não durou muito, isto é, pois não havia forças populares, políticas ou militares que pudessem garantir isso. E em 1825, o líder Juan Antonio Lavalleja forma o grupo de nativos, considerados guerrilheiros, “Trinta e Três Orientais”, com intenções de proclamar a independência; em agosto realiza sua promessa e declara união às Províncias Unidas. Assim, na tentativa de evitar uma Guerra, envia uma mensagem ao Império Brasileiro: “estamos dispostos a uma solução pacífica, desde que haja uma honrosa evacuação do território da província por parte das tropas de S. M. I.” (CARNEIRO, 1983).

Assim eclodiu a guerra, de um lado não houve a espera de resposta para a retirada das tropas que estavam no território da Cisplatina, ou a intenção de resposta do monarca.

A armada brasileira não tinha um exército ou frota marítima com economia para sustentar-se, era necessário reorganizar o contingente que iria à guerra. Em consequência, em 3 de agosto de 1826, na Câmara dos Deputados entrou em pauta a lei de recrutamento. E no discurso do deputado Almeida e Albuquerque é revelado o conceito de cidadão à época, incluindo a separação daquele que merecia ser um:

Sr. presidente, todos os cidadãos são obrigados a servir nas armas, e só motivos muito particulares podem dispensar a um, ou outro em especial, logo não há soldado voluntário todos servem por obrigação, só podem ser dispensados aqueles, que por bem da

mesma nação a lei isenta (...). Eu só admitiria diferença entre o soldado, que tivesse alguma ocupação, e soubesse alguma arte útil, e aquele que não possuísse esta qualidade, porque o primeiro saindo das armas vai ser um cidadão muito útil ao estado, e este facilmente se pode entregar à ociosidade.

O fato de haver uma separação entre aquele que merecia o respeito da pátria ou não, foi sentido em campo de batalha, porque a partir deste momento há relatos que o povo alistado era tratado pior do que um escravo, não eram reconhecidos e não possuíam apoio do Estado. Não por menos, quando D. Pedro I chega a Porto Alegre, em dezembro de 1826, encontra seu exército em modo deplorável, pois, neste tempo, havia diversas fugas e defasagens.

Enquanto isso, o grupo guerrilheiro apresentava técnicas que o exército regular não sabia combater, tornando o terreno das batalhas crucial para o desenrolar da guerra, mesmo nas batalhas travadas contra as tropas argentinas. O conflito também se estendeu pelo mar e atingiu todos os setores primordiais da economia, como os escravos, as colheitas e o recolhimento de impostos.

A guerra se tornou um ônus muito grande para o Brasil, que sem influência política e tática militar para combater os inimigos, viu-se desprovido de qualquer chance de vitória. Além de que, Dom Pedro já se via em grande impopularidade.

Nesta conjuntura, no ano de 1827, iniciaram-se as tratativas de acordos de paz, mas somente em 1828 com a intermediação do representante da Grã-Bretanha, Lord Ponsonby, foi possível estabelecê-lo. Assim, tornou-se a Província da Cisplatina um país de caráter independente, ao qual passaria a se chamar, mais tarde, República Oriental do Uruguai.

Apesar do Brasil não ter ganhado em batalha, não se considera que houve um vencedor direto entre as partes envolvidas, uma vez que ambos continuaram a garantir a soberania do novo país. Alguns autores falam sobre a vitória uruguaia e inglesa, essa pela interferência decisiva ao intervir ao final da guerra.

Entretanto,

para os elementos políticos do Brasil todo, a guerra apresentava-se como herança portuguesa, e não como reivindicação nacional. [...] Tinha sido iniciada pela política de D. João VI, sem o menor elo com a tradição realmente nacional da conquista dos bandeirantes (CALÓGERAS, 1998, p. 417-418).

A guerra foi compreendida como uma decisão política, que ao final desestabilizou o território, porque ao travá-la o governo não observou, por exemplo, que ao cobrar maiores impostos dos rio-grandenses do que ao resto dos estados – sendo esse mesmo um dos

maiores contribuintes da economia brasileira e com famílias na nova província – ajudou a deslegitimar sua soberania, assim, esses continuaram a transitar entre os países gerando um processo de multiterritorialização pós-guerra.

Em parte dos discursos parlamentares é possível destacar que a ideia de território estava associada a limites espaciais, e não ao processo político-administrativo que transforma o povo singular em coletivo, conforme vê-se na opinião do deputado Costa Barros, na sessão de setembro de 1823:

O Império do Brasil (...) é um e indivisível, que quer dizer que tem uma e a mesma Lei, e não podendo ser alienado (...) Pelo que diz respeito aos do Sul pode haver alguma dúvida, é verdade, por não contarmos já com a Província de Montevidéu (...) Confesso que não acho exato dizer-se que declamando os nomes das províncias se declara quanto *basta para conhecermos a nossa extensão de Norte a Sul;* (...) Fixos assim esses limites pouco importa que seja estreita ou larga a porção de terra que se avança ao ponto de demarcação; *porque o que se pretende dizer é que até estes dois pontos chega o Império das nossas Leis.*

Ao contrário, o deputado Francisco Jê Acaiaba de Montezuma na formação da Constituinte da época, asseverava que o território nacional era mais do que os limites geográficos estabelecidos:

A comissão quis tratar primeiro do solo, do terreno, que compõe o Império. Segundo, dos habitantes, membros dele, da sociedade brasileira, politicamente tomada e formando a soberania nacional. É esta a ordem natural das ideias (...). Mas o terreno e a população, o território e os cidadãos, seus habitantes, são duas ideias simples, que formam a complexa do reino, Império ou nação, estas jamais se podem conceber sem aquelas. [...] Também não posso desanexar da ideia de nação a de território, e cidadãos, ou membros da sociedade política, todas elas são correlatas, uma inculca na outra (...).

Diante desse panorama, em 1831, há revolta parlamentar com apoio da imprensa, do Comandante das Armas da Corte e da Província do Rio de Janeiro, fazendo com que Dom Pedro I abdicasse do trono em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara (D. Pedro II) colocando, portanto, fim ao período Primeiro Reinado, e dando início ao período Regencial, este que, mediante ao conflito deixado, travou-se inúmeras batalhas.

Contexto da Guerra do Contestado

O estudo da Guerra do Contestado contribuiu para o entendimento da formação territorial do Brasil, uma vez que essa guerra foi palco para inúmeros processos de territorializações, e naturalmente, desterritorializações, provocados por fatores econômicos, sociais e religiosos da guerra.

Anteriormente à independência do Brasil, a população local, da região do contestado, área que abrange 29 municípios com diferentes IDHsⁱ (FRAGA, p. 49), possuía uma autonomia significativa, visto que a população cabocla tinha uma certa autonomia em relação ao império. No entanto, após a independência e a necessidade de progresso e modernidade, o governo federal, ao declarar a região como área devolutaⁱⁱ, e em seguida, fazer inúmeras concessões à Brazil Railway Companyⁱⁱⁱ em troca da construção de uma estrada de ferro que ligaria os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Figura 2 - Ilustração do território onde ocorreu a Guerra do Contestado



Fonte: Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912–1916

Foi justamente esse processo que provocou a desapropriação de uma faixa de terra de aproximadamente 30 quilômetros^{iv} na região contestada, além disso, as concessões feitas pelo governo compreendiam que a terra desapropriada também poderia ser explorada para

a extração de madeira, a qual seria feita pela empresa *Brazil Lumber and Colonization Company*^v.

A população de posseiros e pequenos agricultores que habitavam o local dependiam da terra para sua subsistência, por esta ser uma região rica em erva-mate e madeira. Por conseguinte, os caboclos ficaram insatisfeitos devido a esse processo involuntário de desterritorialização que sofreram devido as medidas adotadas pelo governo de Hermes da Fonseca.

Outro aspecto importante a ser avaliado é o significativo contingente de pessoas que se mudaram para a região do contestado durante a construção da ferrovia. Essas pessoas, que por sua vez, enfrentaram um processo de territorialização impulsionado pela empresa de Percival Farquar, passaram por todo um transcurso até darem novo significado ao território e sobretudo sentirem-se pertencentes à ele, para então, posteriormente, ao final da construção da ferrovia verem-se desamparados novamente.

O governo federal utilizou do discurso que a ferrovia traria modernidade e facilitaria o transporte de produtos da região, como por exemplo o da erva-mate até o porto de São Francisco através da estrada de ferro, no entanto o fez sem levar em consideração os processos transformadores que essa empreitada traria e tampouco sem implementar políticas públicas que amparassem a população local.

Como visto, ambas as populações, tanto a que já habitava, assim como a que passou a residir na região contestada, foram lesadas pelo governo, que em favor dos interesses do capital internacional, e servindo à uma lógica imperialista, impulsionou uma insatisfação geral nesses camponeses, pois eles contestavam a legitimidade da atuação do governo no território, o qual identificavam como “pertencentes à eles”. Assim como evidenciado

território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT 2007).

Esse sentimento deu lugar para o surgimento e fortalecimento do messianismo^{vi} e com isso a formação de grupos para conflitos armados, pois

enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles

incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2004, p. 21).

O conflito durou quatro anos (1912-1916) e contabilizou aproximadamente 20 mil mortos (FRAGA, 2012).

Os camponeses adotaram práticas de guerrilha que baseavam-se em saquear cartórios com o intuito de queimar os registros de desapropriação das terras devolutas, fator que também influenciou na formação territorial da região, pois muitos registros se perderam.

O conflito terminou após o envio de várias tropas, tanto dos governos estaduais do Paraná e de Santa Catarina, quanto do governo federal, porém o fator decisivo para o fim da guerra foi a estratégia de contra-ataque deste governo em barrar o fornecimento de suprimentos para a região, o que provocou uma crise de fome entre os camponeses combatentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Similaridades entre as guerras

Desta maneira, o processo de territorialização da Guerra da Cisplatina demonstra similaridade com a do Contestado, na medida em que há o rompimento da identidade dos povos perante o Estado soberano. Apesar de diferentes motivações, o resultado das ações é o mesmo: a formação de um novo território.

Segundo Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território, porque esse é formado pelo primeiro. A Guerra do Contestado foi formada por um povo que saiu de seu território origem e deslocou-se até outra terra, e de lá surgiu a territorialização do espaço. Enquanto a Guerra da Cisplatina teve o surgimento de um grupo que já pertencia ao espaço, mas devido a fatores externos ocorreu o processo de territorialização, não se exclui a população rio-grandense que deslocou-se ao território pela crença de pertencimento, mas em grande maioria o povo já estava no local.

Outro fator que assemelha as guerras é o tratamento que o Estado fornece à população. Tanto na Cisplatina, quanto no Contestado, o governo não assimilou políticas públicas para intermediar a situação. Na Cisplatina o Estado do Rio Grande do Sul arcou com impostos altíssimos, além de gastos da guerra. No Contestado a população que antes era rica na agricultura, restou, ao final, sem subsídios. Os destinos dos territórios foram diferentes, mas essa situação de dificuldade favoreceu os cidadãos na manifestação da construção territorial.

Não por menos, ambas as guerras reuniram o próprio povo como parte combatente, na Cisplatina com a guerrilha dos “Trinta e Três Orientais” e no Contestado como principal agente.

Em ambas, é possível notar, ainda, um fenômeno denominado “microterritorialização”, segundo Fortuna (2012)

a microterritorialidade seria uma modalidade de socialização articulada com valores, subjetividades e afetos, reconhecendo formas de organização social não institucionais e transformações radicais de valores e estilos de vida.

Nos casos, a socialização está ligada aos costumes da região e a crença como valor, singularidades essas que produzem subjetividades entre as pessoas envolvidas. Tornando-as unidas por este fator, gera-se, assim, o processo da territorialização.

Importante ressaltar que a ideia de território é formada através do consenso de identidade que é concebida socialmente, incluindo as subjetividades individuais e coletivas. Por isso, o sentimento de pertencimento não se relaciona somente com o terreno, o espaço ou a cultura agregada, mas também com o processo de sua formação e a conjuntura destes, envolvendo, portanto, inúmeros micro e macro fatores.

Interesse do Brasil em atuar em ambas as guerras

Sabe-se, assim como dito, a relação que determinada população estabelece com território em que habita, dá um significado à ele, desse modo a preocupação com a ocupação territorial da região contestada e da província cisplatina pela Argentina indicaria a perda do poder político brasileiro sobre estes territórios, seguindo essa lógica, é aí que reside a motivação do Brasil em operar nas guerras estudadas.

Além disso, outro fator relevante foi a necessidade de manutenção da soberania brasileira. Esta, por sua vez, que foi buscada através da guarda de suas fronteiras devido ao medo de eventuais de invasões da Argentina no território brasileiro, pois poderiam acarretar em rebeliões e perdas territoriais consideráveis. Portanto, estes foram fatores significativos para impulsionar o Brasil e sua atuação em ambos os conflitos armados estudados nesse artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferenças e semelhanças nos processos de territorialização das regiões das duas guerras estudadas. É necessário, então, observar que trata-se de duas Guerras distintas, a

Cisplatina envolvendo mais de um Estado-Nação/Imperial, e o Contestado engloba uma guerra civil, envolvendo o Estado brasileiro. Apesar disso, o processo de territorialização da Guerra da Cisplatina demonstra similaridade com a do Contestado, na medida em que há o rompimento da identidade dos povos perante o Estado soberano. Embora tenham diferentes motivações, o resultado das ações é o mesmo: a formação de um novo território.

Desse modo as constantes ressignificações territoriais nas regiões, presentes em ambos os conflitos, explicam as particularidades, evidenciando como elas foram processos determinantes para a formação territorial do Brasil e da América do Sul, e ainda razoam acerca das suas origens, bem como em relação às causas para que as dinâmicas dessas regiões sejam como são nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

A história da Câmara dos Deputados: a história do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/oimperio.html>>.

ALADREN, Gabriel. **Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828).** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862009000200007&lng=pt&nrm=iso>.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (Re) Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99830>>.

BIAGGI, Enali M. de. **As fronteiras nas cartas gerais do Brasil no século XIX: um Império no jogo das nações.** Université de Lyon Jean Moulin, I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simposio/DE_BIAGGI_ENALI_M.pdf>.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Universidade de Brasília. 1998.

DIACON, Todd A. **Millenarian, Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912- 1916.** Duke University Press Durham and London. 1991.

FERREIRA, Denison da Silva. **Território, Territorialidade e seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica.** Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883/14380>>.

FRAGA, Nilson César e outros. **Fronteira e Arbitramento: entre o espaço urbano e o rural transfronteiriço brasileiro (Santa Catarina e Paraná) e argentino (Misiones) – reflexos do Contestado e sua guerra.** Aquidauana, 2016. Disponível em: <http://www.congressohistoriaregional.com.br/anais/completos/nilson_cesar_fraga.pdf>.

FRAGA, Nilson César. **100 Anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território**

sul-brasileiro. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/09-N-Fraga.pdf>>.

FRAGA, Nilson César. **Contestado: o território silenciado.** Florianópolis, 2017.

FUINI, Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações.** Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKewiC9sfZ3uTVAhWFEJAKHVppBkEQFggguMAE&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsm.br%2Fgeografia%2Farticle%2Fdownload%2F22589%2Fpdf&usq=AFQjCNEiVtic_u0KXEG16DxxOL5DRJIUQ>.

GONÇALVES, Roberta Teixeira. **Lembranças de uma Guerra: Apropriações Políticas das Memórias e Histórias Acerca da Guerra Cisplatina ou Guerra Del Brasil no Século XIX.** Campinas, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.seer-adventista.com.br/ojs/index.php/formadores/article/viewFile/455/419>>.

JARDIM, Wagner Cardoso. **A Geopolítica no Tratado da Tríplice Aliança: Brasil/Argentina/Uruguai.** XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848393_ARQUIVO_ARTIGOANPUH.pdf>.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Guerra Cisplatina no contexto da formação dos estados nacionais na região platina (1825-1828).** XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campo Grande, 2016. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Lucas%20de%20Faria%20Junqueira_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf>.

LAURENZANO, Mayra Cristina. **A Marinha de Guerra e sua atuação na Guerra de Cisplatina: contribuições para a formação do Estado Nacional.** XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0536.pdf>>.

LEMONS, André. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis. Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura.** GPC/CNPq da UFBA, Bahia. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/territorio.pdf>>.

MIRANDA, Marcia Eckert. **Fiscalidade e Guerra: o Rio Grande do Sul e o Brasil na Guerra da Cisplatina.** IX Encontro Estadual de História, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210594110_ARQUIVO_Artigo-IXEEHANPUH-2008.pdf>.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000100003&lng=e&rm=iso>.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínio e império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado do Brasil**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEREIRA_Aline_Pinto-S.pdf>.

PEREIRA, Aline Pinto. **Relações de Poder: a disputa pela Província Cisplatina (1825-1828) em face da construção do Estado no Brasil**. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0059.pdf>>.

PRINTES, Rafaela Biehl. **Território e territorialidade: revisando conceitos diante da complexidade da sociodiversidade**. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/27-printes-territorio-territorialidade.pdf>>.

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território? Por uma geografia do poder**. São Paulo, 1993 (1980). Disponível em: <http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf>.

SILVA, Ruberval José da. **Palavras do Brasil – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil**. PIBIC/CNPq, 2012/2013. Disponível em: <http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/HIS/HISRuberval%20Jos%C3%A9%20da%20Silva.pdf>.

ⁱ Índice de desenvolvimento humano.

ⁱⁱ Terras desocupadas.

ⁱⁱⁱ Empresa de Percival Farquar responsável pela construção da estrada de ferro na região do contestado.

^{iv} 15 km a leste e 15 km a oeste da ferrovia.

^v Empresa de Percival Farquar responsável pela extração de madeira na região do contestado

^{vi} Movimento que teve como líder o monge José Maria